

Estudo Técnico Preliminar 54/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200010233202117

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando o advento da mudança da sede da Polícia Federal em Brasília/DF;

2.2. Considerando que a transferência para a nova sede da Polícia Federal demanda a substituição de itens do mobiliário hoje utilizados, bem como acréscimo de outros itens;

2.3. Considerando que, para o fiel desempenho de sua missão constitucional, dentro dos padrões de excelência esperados, deve a Polícia Federal, observados os critérios de conveniência e oportunidade, adquirir bens que proporcionem conforto e adequabilidade para que seus servidores possam desenvolver suas atribuições com proficiência e comodidade;

2.4. Esta aquisição se fundamenta no fato de que a Polícia Federal, para alcançar seus objetivos, necessita frequentemente empreender eventos, reuniões técnicas e ações de capacitação voltados a seus servidores, bem como a instituições parceiras visando a promoção e divulgação do conhecimento, tais como seminários, palestras, ações educativas, ações culturais, eventos comemorativos, eventos de comunicação interna, lançamentos de projetos, mesas redondas, oficinas, painéis, cursos de capacitação debates, entre outros.

2.5. O mobiliário objeto desta aquisição é imprescindível à acomodação de autoridades, palestrantes, docentes e outros profissionais que desenvolverão suas atividades no espaço do auditório da nova sede da Polícia Federal.

2.6. Justifica-se a aquisição do objeto deste Processo Administrativo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPAN/DOM/CGPLAM/DLOG/PF	GIOVANA STARLING PEIXOTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O mobiliário a ser fornecido deverá observar as especificações constantes no Termo de Referência.

4.2. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 5º. São estes os critérios:

4.2.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos bens.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Realizado levantamento de mercado, foi verificada a existência de poucas empresas fabricantes do mobiliário a ser adquirido, em razão de estes móveis, isto é, púlpito, mesa de honra e mesa de reunião em "U" não fazerem parte das linhas de produção das indústrias moveleiras.

5.2. Após análise da pesquisa realizada, chegou-se às seguintes conclusões:

5.2.1. Tendo em vista não terem sido observadas nenhuma das hipóteses previstas nos Artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, não se enxergou a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade.

5.2.2. Tendo em vista em não se tratar de bens perecíveis, vislumbrou-se a aquisição com parcela única.

5.2.3. Tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais, visualizou-se a realização de Pregão Eletrônico.

5.3. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa fornecedora do objeto deste processo administrativo dado que este é de caráter acessório e de apoio.

5.4. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.5. Definida esta linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência da aquisição.

5.5.1. Em observância ao disposto na Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG nº 73, de 5 de agosto de 2020, serão utilizados os seguintes meios de precificação:

5.5.1.1. pesquisa no Painel de Preços;

5.5.1.2. pesquisa em aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

5.5.1.3. pesquisa direta com fornecedores;

5.6. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constará no Mapa Comparativo de Preços.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Após análise do levantamento de mercado, conclui-se que para suprimento da demanda relativa à aquisição do mobiliário necessário ao auditório da nova sede da Polícia Federal em Brasília/DF, deverá ser realizado procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com entrega única, nas condições descritas abaixo:

6.2. O objeto da licitação será dividido em 3 (três) itens e o critério de julgamento será do tipo menor preço por item, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem do seu interesse.

6.3. A solução apontada pelo presente estudo é a aquisição de materiais permanentes tipo mobiliário (púlpito, mesa de honra e mesa em "U" para reuniões) a ser utilizados na nova sede da Polícia Federal em Brasília/DF, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

6.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo foi estimado considerando as dimensões do auditório da nova sede da Polícia Federal em Brasília/DF.

7.2. Mesa de honra: 1 (uma) unidade;

7.3. Mesa de reunião em "U": 1 (uma) unidade;

7.4. Púlpito: 2 (duas) unidades.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. A obter quando da elaboração do Mapa Comparativo de Preços, nos termos da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG nº 73, de 5 de agosto de 2020.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto da licitação não será parcelado por se considerar que a divisão do objeto é técnica e economicamente inviável e que representa perda econômica de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações que possuem relação com o objeto da compra pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, atualizada pela Portaria nº 4453/2014-DG /DPF, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:

11.1.1. Pessoal motivado - Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional.

11.1.2. Apoio logístico efetivo - Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Aquisição do mobiliário necessário para a acomodação de autoridades, palestrantes, docentes e outros profissionais que desenvolverão suas atividades no espaço do auditório da nova sede da Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do órgão, tendo em vista tratar-se de aquisição de mobiliário necessário às instalações da nova sede da Polícia Federal em Brasília/DF.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os já recorrentes em mercado.

14.2. Este órgão demanda que a empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG, nº1, de 19 de janeiro de 2010, em seu art. 5º.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme disposto no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA Nº 18605635/2021-SEPAN/DOM/CGPLAM/DLOG/PF (SEI nº 18898124)

16. Responsáveis

GIOVANA STARLING PEIXOTO
ESCRIVÃ DE POLÍCIA FEDERAL